

Punição Para Os Golpistas

A camarilha golpista rasgou a Constituição. Enquanto o sr. Ranieri Mazzilli ficava em Brasília, como um tigre impotente, reduzido à insignificância de sua própria subserviência, os dirigentes da mazorca — Denys, Heck, Grun, Moss, Cordeiro de Farias — acamparam no Rio, onde o paumandado Lacerda se presta a todos os papéis contra o povo.

A população da Guanabara, de diversos pontos. Estados sofreu as maiores violências e arbitrariedades. Militares e civis, operários, estudantes, intelectuais foram atirados à prisão. A polícia invadiu domicílios e sedes de entidades sindicais e estudantis, interditando-as. Ocupou redações de jornais, estabeleceu a censura, prendeu jornalistas, apreendeu edições inteiras. Controlou rádios e transmissoras de televisão. Interceptou cartas e telegramas, controlou os telefones. Enfim, foi instaurado, de fato, o estado de sítio, com a supressão de todos os direitos e garantias constitucionais. Além de tudo isso, que lesionou os direitos dos cidadãos, o grupo golpista também pôs em marcha a luta pela paz, por levar a intranquilidade a todos os lares, por desorganizar a vida econômica, acarretando sofrimentos e prejuízos sem conta e irreversíveis. Foi, na verdade, um crime de lesa-pátria.

Não é possível que tão clamorosos crimes fiquem impunes. Se se condena a quem, furtando um simples objeto, prejudica a apenas uma pessoa, como deixar sem punição aqueles que praticam ao mesmo tempo uma série de gravíssimos crimes contra o país inteiro? Denys, Heck, Moss, Cordeiro de Farias, Lacerda e todos os demais responsáveis pelos atentados contra a Constituição e nosso povo devem sofrer as consequências de seus atos criminosos. Não podem ficar impunes. Não apenas devem ser punidos severamente como também apenados dos pontos e cargos que ocupam, de maneira que não tenham condições de repetir o que fizeram. Mesmo porque eles já são reincidentes.



EDIÇÃO EXTRA

NOVOS TEMPOS

ANO III Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1961 Nº 134

O TRAIÇÃO LACERDA É INDIGNO DE CONDUZIR A FRENTE DO GOVERNO

A crise política que o país atravessa serviu para mostrar, em corpo inteiro, quem é o verdadeiro inimigo do povo. Certo que nós, comunistas, nunca nos enganamos em relação a esse sub-homem. Sabíamos muito bem quem ele é. Seu passado de indignidade não permitia nenhuma dúvida. E também o povo carioca, de modo geral, não se deixou enganar. Tanto que, apesar de sua candorosa propaganda feita o candidato latenteiro só conseguiu, quando chegou ao terceiro do eleitorado da Guanabara.

Mas, já agora, depois de alguns meses no governo do Estado e, principalmente, em virtude de sua conduta nos últimos acontecimentos políticos, os elementos políticos até os seus próprios não podem ver a realidade. O jornalista que se fantasiava de defensor das liberdades, teve a máscara

arrancada. Voltou-se para fúria selvagem contra a liberdade de imprensa. Impôs censura e criminalmente, em plena vigência da Constituição Federal, a mais violenta censura à imprensa. Mandou bealeguins para as redações. Impediu que edições circulassem. Sequestrou edições nas bancas. Prendeu arbitrariamente jornalistas. E idénticas ilegalidades praticou contra trabalhadores do rádio e da televisão. A tais destinações chegou, que profissionais da imprensa resolveram expulsá-lo do seu meio. É indigno de usar o nome de jornalista. Mas ainda do que isso. Os proprietários de jornal, em duas reuniões, consideraram um traidor, um tráfego, e pediram sua expulsão da Sociedade Interamericana de Imprensa.

O negociante da rua do Lavradio, da indecorosa tro-

ca de terrenos, mostrou também, para os que não o conheciam devidamente, seu caráter de inimigo do povo e da democracia. A lei, para ele, de nada vale, a não ser para exploração demagógica. Praticou as maiores violências, arbitrariedades e crimes. Foram feitas centenas de prisões ilegais. Tentou esmagar o movimento operário. Mandou espancar o povo nas ruas. Interditou organizações estudantis e operárias. Procurou minar a implantação na Guanabara um regime de terror fascista, tentando sufocar a fúria e fogo todas as manifestações populares.

Atando, sempre, como agente provocador, serviu de instrumento para a renúncia de Jânio Quadros, que já havia levado Vargas ao suicídio. E tudo fez para que o sr. João Goulart fosse impedido de assumir a Presidência da República, instaurando-se no país uma ditadura militar terrorista, a serviço dos in-

teresses do imperialismo norte-americano.

A verdade ficou muito clara para nosso povo, de modo particular para o povo carioca. Carlos Lacerda é um inimigo declarado. Sua impostura a ninguém mais enganou. É responsável por crimes que o tornam indigno de exercer a função de governador do Estado. Sua permanência à frente do governo, além de constituir uma decepção para os que nele acreditaram, constitui também uma afronta ao conjunto da população. Não fracassou apenas como administrador, revelando sua incapacidade em resolver os mais elementares problemas da cidade. Nem se mostrou senão um corrupto, negociando com os bicheiros. Apareceu, claramente, para todos, com sua verdadeira face de agente do golpismo, de laço do imperialismo, de inimigo do povo. Não pode, por isso tudo, ficar impune. Deve ser impedido de continuar à frente do governo. Deve ser punido pelos crimes que praticou.

Conselho de Telecomunicações: MENTIRA A SERVIÇO DO GOLPE

Em seu desespero sem remédio, o grupo fascista de Lacerda, os antigos latentes, lançam mão de todos os recursos, mesmo os mais ignóbeis, para confundir os incautos. Não importa que sejam mentiras e calúnias torpes e mal arquitetadas. De posse ainda de órgãos de aparelho do Estado, passaram, depois de derrotados

em sua infame trama golpista, a difundir notícias absolutamente falsas para, palhar a confusão entre a opinião pública. Uma das invenções mais grosseiras do bando lacerdista foi a de que Luís Carlos Prestes estaria comandando a Brigada Militar do Rio Grande Sul. (Conclui na 2ª página)

Posse de Jango é Vitória do Povo!

A posse do sr. João Goulart na Presidência da República, após mais de uma semana de tensão e luta, constitui uma importante vitória do povo brasileiro e uma fragorosa derrota do bando golpista que, rasgando afrontosamente a Constituição, tentou impedir o ascensão do sr. Goulart ao posto que por direito lhe cabe.

Logo no dia seguinte à renúncia do sr. Jânio Quadros, e depois de "autorizar" o sr. Ranieri Mazzilli a instalar-se formalmente no Palácio do Planalto, o marechal Odílio Denys, falando em nome também dos ministros da Marinha e da Aeronáutica — Heck e Moss — declarou que as Forças Armadas "vetavam" a posse do sr. João Goulart. Era o golpe, uma vez que a Constituição estabelece com toda a clareza que, nos casos de impedimento do presidente, o poder passa para as mãos do vice-presidente.

"Vetando" a posse do sr. Goulart, os três ministros militares, com o apoio de Cordeiro de Farias, Carlos Lacerda e alguns outros inimigos do povo, pretendiam barrar o processo democrático em curso no país e implantar uma ditadura que anulasse os passos progressistas dados pelo sr. Jânio Quadros no terreno da política exterior, esmagasse o movimento nacionalista, operário e popular no país e pusesse em prática, com mão de ferro, a política ditada pelos monopólios norte-americanos através do Departamento de Estado e da Embaixada norte-americana. Convinha-lhes, naturalmente, revestir a ditadura com uma aparência "civil" e "legal". Daí fazermos do sr. Mazzilli um caricato testa-de-ferro, que nada tinha a fazer além de bater a emproada cabeça e enviar ultimatos ao Congresso. E já nos últimos dias, nem isso: transferindo-se para a Guanabara, os ministros militares largaram o sr. Mazzilli em Brasília, como um bagaço já imprévisível, e aqui mesmo tudo decidiram sem dar-lhe a menor atenção.

Imaginamos os cabeçalhos do bando golpista que o crime seria consumado sem maiores dificuldades, não passando de mais um "pronunciamento" diante do qual a nação se curvaria. Erraram no cálculo, porém, menosprezando o avanço da consciência democrática e patriótica do povo brasileiro. Pensavam, certamente, que todos capitulariam, como havia capitulado o sr. Jânio Quadros.

A reação ao golpe não se fez esperar. Em poucas horas apenas converteu-se em maior e mais enérgico movimento de opinião verificado nas últimas décadas em nosso país. As massas populares saíram às ruas protestando enérgicamente contra o golpe e exigindo a posse imediata de Jango. Em alguns Estados, sobretudo na Guanabara, cujo governo era o "núcleo civil" do golpe, tiveram as massas que lutar contra os fuzis e as bombas da polícia, mas em nenhum momento abandonando o campo de batalha. Os trabalhadores e os estudantes pronunciaram-se imediatamente contra o atentado à Constituição, indo inclusive à greve, embora fossem invadidas e interditadas as sedes de suas principais entidades, especialmente no Rio. O Congresso Nacional, fortalecido com o apoio da opinião pública, decidiu resistir ao golpe, exigindo o respeito à vontade popular e rechaçando o vergonhoso pedido de "impedimento" para o sr. João Goulart. Por sua vez, os mais dignos representantes das forças armadas, a começar pelo marechal Teixeira Lott, denunciaram vigorosamente o crime e apelaram à resistência do povo. Os partidos políticos, em geral, tomaram posição a favor da legalidade. Através da palavra de Prestes, os comunistas advertiram a nação e exortaram à unidade e à luta de todos os partidos e democratas.

Foi no Rio Grande do Sul, porém, que essa resistência assumiu as suas formas mais altas. O governador Leonel Brizola, com o apoio maciço do povo gaúcho, empunhou a bandeira da Constituição, disposto a fazê-la cumprir até com a força das armas. O general Machado Lopes, brioso comandante do III Exército, e toda a oficialidade e a tropa dessa unidade, assim como o comando e a tropa da 5ª Zona Aérea, puseram-se ao lado do governador Brizola, repelindo a infame maquiagem golpista.

Os chefes do golpe, dispostos a esmagar essa resistência, que crescia a cada hora, implantaram o terror fascista no país. Sem que fosse decretado o estado de sítio, pisotearam brutalmente todas as liberdades asseguradas pela Carta Magna, implantando a censura sobre a imprensa, o rádio e a televisão, reprimindo selvagememente as manifestações populares, interditando a UNE e inúmeros sindicatos, realizando prisões em massa de civis e militares, assaltando residências e sedes de organizações — o que se verificou sobretudo no Rio, cujo abjeto governo prestou-se ao papel do mais vil lacão dos chefes militares do golpe.

Mas o terror só serviu para mostrar ao povo o que seria a ditadura que os golpistas queriam "legalizar". E a resistência, longe de arrefecer, era a cada dia e a cada hora mais enérgica e resoluta. Os sinistros conspiradores sentiam o terreno fugar-lhes aos pés — e se não chegaram a desencadear a guerra civil foi porque tinham a certeza, a partir de certo momento, de que esse caminho os levaria a uma derrota esmagadora e definitiva.

Se desde o início os golpistas constituíram um reduzido grupo de ultra-reacionários, cada dia que

passava sua fraqueza se tornava mais evidente. Repudiados pela unanimidade do povo, repelidos pela maioria dentro das forças políticas e do Parlamento e encontrados a viril oposição no seio dos comandos militares e das tropas, camarilha fascista viu-se isolada. Seus dias — ou melhor, suas horas — estavam contados. Foi nesse instante que surgiu, sob o falso pretexto de uma "saída honrosa para as Forças Armadas" — que, na realidade, já não obedeciam às ordens dos violadores da Constituição — a fórmula conciliatória de uma emenda à Constituição instituindo o parlamentarismo no Brasil e, desse modo, diminuindo sensivelmente, as atribuições do presidente da República. Coube a iniciativa dessa fórmula aos grupos mais reacionários dos partidos políticos majoritários, temerosos de que a luta pela aplicação integral e imediata da Constituição levasse a uma influência maior das forças populares de vanguarda e a uma "revolução social", como disseram alguns comentaristas políticos. O parlamentarismo seria a "solução honrosa".

De qualquer sorte, entretanto, o fato é que a posse do sr. João Goulart e o fracasso dos planos de implantação de uma ditadura terrorista constituem uma derrota esmagadora do grupelho militar reacionário, que se julgava em condições de impor ao país a sua vontade que, de fato, a vontade dos monopólios norte-americanos. Os chefes desse bando diziam, arrogantemente, que em nenhuma hipótese o sr. Goulart assumiria a presidência e que, ao contrário, seria preso se desembrassasse em qualquer ponto do território nacional. Através de sucessivos comunicados, cada qual em termos mais grosseiros e insolentes, insistiam em proclamar o "veto" à posse de Jango, por ser considerado "perigoso agente do comunismo internacional".

Apesar das limitações resultantes da emenda parlamentarista, aprovada a loque de caixa e em flagrante desprestígio à vontade expressa pelo povo, não só nas urnas de 1960 como agora, nas ruas e nos quartéis, o bando fascista sofreu inapelável derrota. Embora emendada à última hora, prevaleceu afinal a Constituição.

Não está excluída, entretanto, a possibilidade de novas tentativas de golpe, tal é a obstinação reacionária e entreguista da quadrilha de criminosos até então encastelada em postos-chave do governo. Quaisquer que sejam, porém, os seus frenéticos esboços, encontrarão pela frente a invencível resistência do povo, que escreveu nesses últimos dias uma das mais belas páginas de sua história de luta pela liberdade.

O sr. João Goulart assume a presidência da República levando para trás alto posto os compromissos que tem com o povo brasileiro, contrários em sua campanha eleitoral, no programa de seu Partido e nas jornadas gloriosas dessas duas semanas. O presidente da República é o fiador de uma política externa independente e progressista e de uma orientação interna capaz de imprimir um sentido nacionalista às soluções para os urgentes problemas da nação e do povo. Esses terão de ser os rumos seguidos pelo futuro Conselho de Ministros — onde devem estar aqueles líderes que, por suas corajosas e claras atitudes em defesa da Constituição, foram consagrados pelo povo nesse grandioso plebiscito que foi a luta contra o golpe. O povo brasileiro não admitiria que, depois da vitória sobre a camarilha golpista Denys-Heck-Moss-Cordeiro-Lacerda, fosse o governo entregue a homens como Clemente Mariani — o executor das ordens do FMI — ou Juraci Magalhães, que no auge da crise teve o desplante de saudar no marechal Denys um porta-voz reconhecido das Forças Armadas. Brizola, Sérgio Magalhães, Auro Moura Andrade, Machado Lopes, Teixeira Lott, Almino Afonso, Mauro Borges — estes, sim, são alguns dos líderes civis e militares que galvanizaram a opinião nacional e se impuseram ao seu respeito e à sua admiração. O futuro Conselho de Ministros refletirá fielmente os desejos e as tendências majoritárias do país se homens como aqueles forem chamados para compor os seus quadros. Eles é que podem falar em nome do povo, porque foram eles os eleitos nesses difíceis dias de luta.

O povo brasileiro tem justos motivos para festejar na posse do sr. João Goulart uma vitória do seu bom combate pela democracia e contra o golpe. Certamente que as massas estarão nas ruas de todo o país para festejar esse triunfo contra a reação e a ditadura. Mas também para dizer que exigem do novo governo — afastados e exemplarmente punidos os cabeçalhos do golpe — uma firme política independente e progressista, de respeito às liberdades e aos direitos dos trabalhadores e do povo.

Uma tarefa especial cabe, nesse sentido, ao bravo povo carioca: a de expulsar do governo da Guanabara, como criminosos sem perdão, o ex-tiranete Carlos Lacerda. A Assembléia da Guanabara não tem outro caminho senão a aprovação rápida do "impeachment" contra esse vil massacrador das liberdades.

Depois de infligir aos golpistas uma esmagadora derrota, o povo brasileiro festeja o seu triunfo, mas não abandona as trincheiras da luta pela Constituição, pela democracia e pela independência nacional.

PELA LIBERTAÇÃO DE FRAGMÓN BORGES

Autoridades civis e militares, uma vez derrotado o golpe, tentam agora descartar-se da responsabilidade pelas medidas arbitrárias praticadas contra a imprensa. E enquanto se explicam, inclusive em entrevistas à imprensa, mantêm próximas várias pessoas, em diferentes residências, recusando-se a imprimir as ordens de habeas-corpus impratizadas em favor dos presos.

É este o caso, entre outros, do redator-chefe de NOTÍCIAS, Fragmón Borges. Preso em sua casa há mais de uma semana, foi mantido durante vários dias em lugar ignorado. A polícia recusou-se a cumprir a ordem de habeas-corpus que o beneficiava.

Bouhemos que teriam procurado justificar perante o Presidente da ABI a sua recusa pelo fato de o jornalista haver recebido a "medida legal" e arbitrária da polícia. Era um direito que lhe assistia diante da arbitrariedade. O que não podem fazer nós, nem a nossa Associação de Imprensa, e nos conformamos com a cínica alegação da autoridade.

Exigimos a libertação do nosso companheiro ilegalmente encarcerado. Uma das funções da ABI é aliar esta mesma: zelar pela liberdade de imprensa. E a prisão de um jornalista constitui um brutal cerceamento a esta liberdade, além de uma afronta a todos os jornalistas. A ABI cumpre, portanto, o seu dever quando sobre cumprir honrosamente tantas vezes em situação semelhante. Que nos ajude a recuperar a liberdade do valente jornalista da Imprensa democrática e antigolpista que é Fragmón Borges.



Povo é Quem Paga os Desatinos dos Golpistas: Emissão Agrava Crise

TEXTO NA 3ª PÁGINA

Greve Geral na Guanabara Pela Posse de Goulart

"Censuramos todos os trabalhadores a cessarem suas atividades declarando-se em greve de apoio às lutas da legalidade até a plena solução da situação política". A este chamamento, o Conselho Nacional de Trabalhadores do Estado da Guanabara, pelo deputado Hércules Corrêa, tocou a classe operária carioca vem atendendo, num crescendo que provocara a paralisação total da cidade, se antes disso não tomar posse asseguradas todas as prerrogativas que a Constituição confere ao presidente da República, o sr. João Goulart. O manifesto dos dirigentes sindicais, depois de observar que "as organizações representadas pelos ministros militares e pelo governador da Guanabara tentam a qualquer custo impedir a Constituição de ser cumprida", afirma:

greve patriótica pela inconstitucionalidade da Constituição e pela investitura de Jânio na presidência da República e assinada por, entre outros, dirigentes sindicais das seguintes categorias: ferroviários, bancários, estivadores, gráficos, portuários, metalúrgicos, aerofotogrametristas, marinheiros, têxteis, alfaiates, sapateiros, hoteleiros, rodoviários, trabalhadores na indústria de petróleo e professores.

Na sexta-feira, dirigentes sindicais da via marítima lançaram aos trabalhadores e ao povo o seguinte manifesto:

Os dirigentes sindicais signatários deste manifesto conclamam os trabalhadores, estudantes, intelectuais, enfim, todo o povo a publicar mensagens ao Congresso Nacional, incentivando-o a repudiar com o mesmo vigor que o fez quando se opôs à "impeachment", que emenda a Constituição nesta hora difícil que nossa Pátria atravessa em consequência das atividades do conhecido grupo golpista, que se utiliza de um pobre louco para criar entraves a uma política independente e patriótica.

Não é admissível que se pretenda, neste momento, implantar o regime parlamentarista, que se apresenta à frente dos golpistas, num vergonhoso conchavo que só a eles interessa, pois esta não é situação para a mudança de regime.

Ao mesmo tempo, devemos todos exigir do presidente constitucional, sr. João Goulart, que não se desvie do cumprimento da Carta Magna nem deixe de confiar nas forças progressistas da Nação.

Para que apressemos a derrota dos inimigos da Pa-

tria, é necessário que todos os setores de trabalho sejam paralisados. Compreendendo essa necessidade, já cruzaram os braços no setor marítimo, os portuários, estivadores, conferentes de carga e descarga, transportes da Guanabara, tráfego do Lloyd Brasileiro, tráfego da Cia. Nacional de Navegação Costeira, Cia. Comércio e Navegação, Serviços Marítimos Camurça e Hidráulica, operários navais e outros. É necessário que o movimento se estenda imediatamente a toda Marinha Mercante e trabalhadores de terra e ar, até que a Constituição seja cumprida com a posse do presidente constitucional, quando, então, o operariado voltará à atividade após o assentimento dos dirigentes sindicais que defendem a legalidade.

TUDO PELA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA, SEM QUALQUER CONCILIAÇÃO COM OS TRAIADORES DO BRASIL!



Milhares de suburbanos aguardam nas filas a vez de seguirem para os seus lares, em caminhões e outros meios de transporte. Menos nos trens da Leopoldina, porque a Leopoldina parou na luta contra o golpismo.

Trabalhadores da Guanabara Em Greve Contra o Golpe Errotam Terror Lacerdista

De todos os pontos do território brasileiro chegam notícias da tomada de posição dos trabalhadores que, aliados aos estudantes, aos

intelectuais e a outras camadas populares, responderam de pronto a investida do grupo golpista, realizando grandes manifestações, pronunciando-se através dos seus órgãos de classe e se declarando em greve. No Estado da Guanabara, principalmente, onde domina em toda a sua fúria e ódio ao povo a polícia de Lacerda, os trabalhadores estão utilizando, cada vez com maior amplitude, a arma da greve para impor uma derrota fracorosa ao golpismo. Param as ferrovias, cessou o movimento nos portos, ficam as mósas os armazéns abarrotados de café, silenciam os estaleiros — e assim se vai avolumando a onda de reação dos trabalhadores aos que pretendem obter o desenvolvimento da democracia em nossa Pátria. Já vão os laços.

depois de empossado o sr. João Goulart. O transporte da população da Guanabara para os subúrbios da Leopoldina vinha sendo realizado por caminhões do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, de forma bastante precária, a tal ponto que, a pedido do Diretor do Serviço de Trânsito, o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros teve necessidade de colocar à sua disposição cinquenta ônibus com aquela finalidade.

Em face da decretação da greve geral pela Federação Nacional dos Ferrovários, aguarda-se a paralisação, a qualquer momento, de todas as ferrovias.

O PORTO PAROU Revelando sua firme disposição de defesa da Constituição e de respeito à vontade popular, com a posse de João Goulart, deflagram também greve total os trabalhadores do Porto do Rio de Janeiro, compreendendo portuários, armadores, estivadores, marinheiros, ferroviários, conferentes e vigias portuários. Aham-se paralisados, em consequência todos os serviços de carga e descarga de navios e de armazenamento. Trinta e oito armazéns, abarrotados de gêneros, estão sob a vigilância de guardas portuários e fuzileiros navais, em todas as horas do dia e da noite. Conquanto ordeiro e pacífico, o movimento dos trabalhadores

do Porto está revelando o alto grau de compreensão dos grevistas, que demonstram, com sua atitude, a decisão de não permitir o desrespeito à Constituição e a implantação de uma ditadura militar-fascista em nosso país, apesar da ostensiva presença, no caso do Porto, da polícia de Lacerda que tenta inutilmente obrigá-los a suspender a greve. Considerando que "trabalhar agora é ajudar a fortalecer as hostes golpistas, e consolidar a miséria reinante em nosso país e preparar uma pátria de sofrimentos e privações para os nossos filhos, uma pátria sem liberdade", a Diretoria da Federação Nacional dos Estivadores recomendou aos seus filiados a paralisação de suas atividades em todo o país, a exemplo do que já fizeram os estivadores do porto do Rio.

Enquanto isso, o sr. Mario Brandt, Superintendente do Cais, distribuiu panfletos apelando aos portuários que regressassem ao trabalho, "para não causar confusão nem mal-entendidos". Os portuários resolveram não tomar conhecimento do apelo e a greve prossegue com entusiasmo, firmeza e alto grau de combatividade.

TRABALHADORES NO MAR Inicialmente limitada a alguns setores, estendeu-se agora a todo o país a greve dos trabalhadores do mar, em defesa da Constituição e pela posse do presidente constitucionalmente eleito, dr. João Goulart. — diz a proclamação — clamamos todos os companheiros para que unidos defendamos a legalidade democrática e a nossa Constituição. "Na certeza de que unidos iremos desarmar as mais fortes concepções individuais e que a classe laboriosa que representamos decidimos DECRETAR GREVE GERAL em defesa da soberania popular e da posse do presidente eleito, dr. João Goulart. Não temos a menor dúvida de que venceremos mais essa luta e que os criminosos desse atentado, muito em breve, serão denunciados ao povo para o devido castigo."

O importante documento é assinado pelos presidentes das seguintes entidades que congregam os trabalhadores do mar em todo o território brasileiro: Sindicato dos Marinheiros de Pequena Cabotagem, Sindicato Nacional dos Contramestres, Marinheiros, Moços e Remadores em Transportes Marítimos, Sindicato Nacional dos Populeiros e Carvoeiros da Marinha Mercante, Sindicato Nacional dos Talifeiros, Culinários e Pasticheiros da Marinha Mercante e Sindicato dos Práticos Armadores e Telexeiros de Cabotagem do Rio de Janeiro e São Paulo.

OFICIAIS DE NAUTICA

"Que os Oficiais de Nautica, praticos da Costa Norte, dos Portos de Lagos e Baía Amazonica paralisem imediatamente suas atividades, onde estiverem" — diz o sr. Sermão do Nascimento, Presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais de Nautica, em manifesto a classe. Justifica a medida com a necessidade de defesa da Constituição, considerando que a nossa Carta Magna está sendo violentada e que não existem garantias sindicais ou civis. Atendendo à convocação de seu sindicato os Oficiais de Nautica somente deverão retornar às suas atividades depois de normalizada a situação.

ESTADO DO RIO

Várias cidades do interior fluminense paralisaram inteiramente suas atividades, como protesto contra a violação das garantias constitucionais e contra as tentativas de implantação de regime ditatorial fascista em nossa Pátria. Impedindo-se a posse do sr. João Goulart na presidência da República, Prefeitos municipais, câmaras legislativas e outras autoridades do interior fluminense vêm se pronunciando energicamente em defesa das liberdades asseguradas em nossa Carta Magna e contra o golpismo.

PARAM AS BARCAS

O transporte Rio-Niterói, que já vinha sendo feito muito precariamente, está caminhando para colapso total, em virtude da greve decretada pelo pessoal das barcas, que demonstram, assim, o seu vigoroso protesto contra o golpe para impedir a posse do presidente João Goulart e contra a supressão das garantias constitucionais.

As estações de embarque de passageiros em Niterói e no Rio estão sendo fortemente policiadas por tropas do Exército. O caso da Praia XV está ocupado por tropas de Fuzileiros Navais.

NOVOS RUMOS

Director	Mário Alves
Director Executivo	Octaviano Bonfatti Junior
Redactor	Frederico Borges
Gerente	Gutierrez Cavalcanti
Redacção:	Av. Rio Branco 157, 15º andar 9/1112 — Tel: 45-1535
Gerência:	Av. Rio Branco 157, 15º andar 9/999
ASSINATURAS:	ANUAL R\$ 200,00
Trimestral:	 R\$ 60,00
Trimestral:	 R\$ 120,00
Trimestral:	 R\$ 180,00
Trimestral:	 R\$ 240,00
Trimestral:	 R\$ 300,00
Trimestral:	 R\$ 360,00
Trimestral:	 R\$ 420,00
Trimestral:	 R\$ 480,00
Trimestral:	 R\$ 540,00
Trimestral:	 R\$ 600,00

Já está nas bancas, a revista "ESTUDOS SOCIAIS" nº 10, que apresenta neste número os seguintes trabalhos:

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO — (de Hugo Regis dos Reis)

OFICIO DE ESCRITOR — (Rui de Pina)

PASSADO E PRESENTE DA LITERATURA TCHECA — (Zdenek Hompejs)

PROBLEMAS DO PLANEJAMENTO DA ECONOMIA BAIANA — (Armando de Alcântara)

CUBA: O ENCONTRO DE DUAS CORRENTES REVOLUCIONARIAS — (Almir Matos)

EXISTENCIALISMO E MARXISMO — (Adam Scheff)

A BIBLIOTECA DO PADRE JOÃO RIBEIRO — (L. Borges)

QUILOMBOS (III) — (Miguel Costa Filho)

"ESTUDOS SOCIAIS"

Rua São José, 50 — sala 502

Rio de Janeiro — GB

Greve Nacional Dos Estudantes De Pé: Batalha Legalista Vai Até o Fim

A greve da legalidade decretada pela União Nacional dos Estudantes em defesa da inconstitucionalidade da Carta Magna e pela posse do presidente Goulart, prossegue com absoluto êxito em todo o país, tendo agora atingido a par com cento e cinquenta estabelecimentos de ensino de nível superior. De Porto Alegre, capital da legalidade, a diretoria da UNE comanda a par: e de idêntica as capitais brasileiras. A entidade máxima dos universitários lança proclamações convocando o povo a resistir às tentativas de implantação de emendas que visam diminuir o estendo do poder que o povo, por sua vontade soberana, confiou ao presidente da República, abriu um precedente para a derrota das conquistas democráticas que a população, depois de muitas lutas, conseguiu ver expressas na Constituição.

EBAP ALERTA

O Diretório Acadêmico da Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, fez divulgar sábado o seguinte manifesto, assinado, além da diretoria por mais de 400 alunos daquela casa de ensino: «Os alunos da Escola Brasileira de Administração Pública, em greve geral pela legalidade desde o dia 29 de agosto último, e que se encontram em assembleia geral permanente, vêm de público manifestar inteiro repúdio àquelas que neste momento tentam alterar a Constituição Federal, fazendo aprovar a emenda parlamentarista. Chiamam a atenção da imprensa, dos intelectuais, operários e estudantes

contra mais esta manobra das forças da reação. Se tal emenda for aprovada, o sr. João Goulart, a quem cabe constitucionalmente o mandato, não passará de mera figura decorativa nas mãos dos prepotentes e dos usurpadores.

PUC INTERA E PELA CARTA MAGNA

Os alunos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro também estão na linha de frente do combate pela preservação do regime democrático. Os acadêmicos das seguintes unidades da universidade da Gávea, deram a público manifestos rechaçando os argumentos que impediram a posse do sr. João Goulart e declarando-se contra a emenda parlamentarista ou a qual, quer outra modificação do texto constitucional vigente: Faculdade de Filosofia, Faculdade de Serviço Social, Instituto de Física, Escola Politécnica, Escola de Sociologia Política, Faculdade de Direito, Escola de Biblioteconomia e Documentação e Faculdade de Filosofia Santa Ursula.

Sábado e ontem diversas outras organizações estudantis reafirmaram a posição da mocidade estudiosa, de inarredável vigília diante da Constituição ameaçada pelas forças golpistas que representam os interesses anti-nacionais. Registramos proclamações das seguintes entidades: Associação Cristã Acadêmica (que congrega todos os estudantes evangélicos da Guanabara), Juventude Democrática Cristã, D. retório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil (órgão máximo de coordenação dos estudantes de agronomia de todo o país), Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.

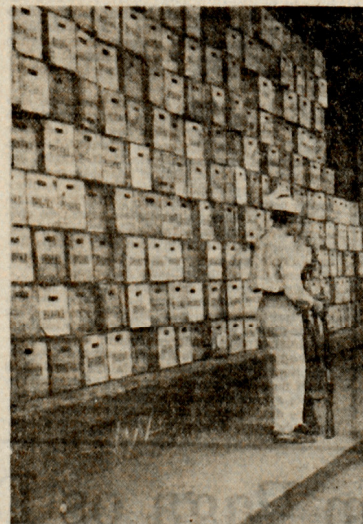
NA ENNE LEGALIDADE

Na fachada da Escola Nacional de Engenharia os estudantes colocaram várias faixas e um letreiro luminoso com a palavra Legalidade. Em assembleia geral permanente, os estudantes de engenharia estão sempre preparando novos cartazes e faixas com dizeres de apoio ao governador. Brizola, ao sr. Brizola e a todas as forças do movimento legalista. Na parte superior do tradicional prédio do Largo de São Francisco os jovens instalaram potente serviço anti-falantes que retrasmitem para os populares que se aglomeram no Largo as irradiações da «Cadeia da Legalidade».

O PEDRO II EM GREVE

Subindo já a algumas centenas de milhares o número de estudantes de grau mé-

dio em greve em todo o país, a UNE, entidade máxima dos estudantes brasileiros, vem ganhando características de força das mais importantes na luta pela permanência da legalidade constitucional com a adesão ao movimento dos alunos do colégio Pedro II, o maior estabelecimento de ensino secundário do Brasil. Os jovens colegas anunciaram sua decisão em manifesto do seguinte teor: «Nosso colégio, como padrão de ensino, moral e de civismo, não poderia de forma alguma ficar ausente, comodista e omissos. Os alunos resolveram, em virtude dos últimos acontecimentos decretar greve geral, solidarizando-se com os demais estudantes brasileiros, em sinal de repulsa e de protesto à intervenção da UNE às forças materiais que pretendem impedir o cumprimento da ordem constitucional e às arbitrariedades contra sindicatos, inclusive o de professores».



Enquanto os estivadores, conferentes e outros trabalhadores do cais cruzam os braços como protesto contra as tentativas de implantação da ditadura militar fascista no país, ficam as mósas os armazéns do Porto, abarrotados de gêneros. Os grevistas sabem que os eventuais dificuldades que venha a sofrer a população em consequência da paralização do Porto serão amplamente compensadas pela eliminação do golpismo em nossa pátria, o que se será possível mediante medidas vigorosas de defesa da democracia e de respeito à vontade popular, como a que estão tomando.

RÁDIO DE MOSCOU TRANSMISSÕES PARA O BRASIL

Ondas:	Frequências:
25 metros	11,87 megacíclos 11,92 "
31 metros	9,47 megacíclos 9,78 "
	9,8 "
	11,75 "
	11,79 "
41 metros	7,215 megacíclos 7,37 "

Diariamente, das 19 às 21 horas.

que enxovavam a guerra e atropelam o regime», e que confraternizassem com o povo nas cidades onde desembarcassem.

«No dia 7, marinheiros oficiais, aqui na Legal-CA (Capital da Legalidade), realizaremos um desfile em nossas gloriosas Forças Armadas. Queremos, ao participando dele, com a sua bandeira maravilhosa — exclaimos o governador, que concluiu dirigindo uma mensagem a todos os brasileiros de Brasília, aos candangos principalmente, para que tributassem ao presidente João Goulart a homenagem que presidente da República merece».

Impeto Legalista e Resistência Democrática Ocupam As Ruas De São Paulo



A luta pela legalidade e pela garantia das liberdades democráticas, representadas neste momento pela investitura do sr. João Goulart no cargo de presidente da República, empolgou também o povo paulista. A população da capital bandeirante, a juventude e

lari no cargo de presidente da República, empolgou também o povo paulista. A população da capital bandeirante, a juventude e

ra manifestar, em concentrações, comícios e passeatas, o seu repúdio às conspirações ditatoriais e a sua disposição de combater até

o fim para assegurar a continuidade das conquistas democráticas e populares inscritas na Constituição. As manifestações operárias, que

a interdição de sindicatos não têm impedido; os vibrantes pronunciamentos de estudantes do tradicional Largo do S. Francisco reverter

seus grandes momentos... que o cerco militar a faculdades não têm obtido; reafirmam a consciência antipolista e o amadurecimento democrático no Estado. As largas artérias paulistanas são estreitadas para conter o impeto legalista. (Foto da mocidade bandeirante.

to democrático no Estado. As largas artérias paulistanas são estreitadas para conter o impeto legalista. (Foto da mocidade bandeirante.

to democrático no Estado. As largas artérias paulistanas são estreitadas para conter o impeto legalista. (Foto da mocidade bandeirante.

III Exército Foi Exemplo: Resistência Democrática Empolga Forças Armadas

Os atuais acontecimentos políticos vieram demonstrar que os generais golpistas não contam mais, como no passado, com a adesão incondicional das forças armadas em suas aventuras contra os interesses nacionais.

Desde as primeiras horas da deflagração da atual crise política, ficou patente que os chefes da conspiração contra a Constituição e contra a posse de João Goulart não tinham a seu lado a maioria das tropas. E daí o recuo, as medidas táticas que passaram a adotar, prevendo uma explosão generalizada no país inteiro.

A categorizada afirmação do III Exército, sob o comando do general José Machado Lopes, de que estava pronto a defender a Constituição e garantir a posse do legítimo Presidente da República que devia suceder ao Presidente renunciário, desorientou os golpistas e pôs abaixo seus planos criminosos contra o país.

A partir de então, viram Denys, Grun Moss, Silvio Heck e Córdelo de Faria que era infirme o terreno em que pisavam. Embora, como informou um jornal carioca, antes, o Ministro da Guerra acreditasse que com três telefones controlava o Brasil...

PRISÕES EM MASSA

Ainda nos postos de comando, os Ministros militares passaram à adoção de medidas extremas. Efetuaram a prisão de centenas de oficiais, tanto do Exército como da Marinha e da Aeronáutica. Presídios militares, fortalezas e navios de guerra se transformaram em cárceres de patriotas que não compactuavam com a mazorca da clique golpista. Dois dias depois de iniciada a crise, a imprensa divulgava estarem presos e incommunicáveis no navio-transporte "Custódio José de Melo" diversos oficiais aviadores, oficiais da Marinha e do Exército.

O 2º BC CONTRA O GOLPE

A 1º de setembro, um fato novo vinha trazer maior desalento aos golpistas. Os oficiais do 2º Batalhão de Canhões, sediado em São Vicente, declararam que não falaria ao juramento solemne prestado como oficiais: respeitar a Constituição da República. Assim, não estavam dispostos a marchar contra seus irmãos do Sul, contra as tropas do III Exército, como lhes havia sido ordenado.

Naquele mesmo dia o coronel Cresco Coutinho da Costa, comandante do II BC, distribuiu à imprensa um comunicado em que se recusava o batalhão a acatar a ordem de marchar rumo ao sul.

Deve-se assinalar que a decisão do 2º BC foi tomada pela unanimidade de sua oficialidade.

PRÉSO O COMANDANTE DA BASE AÉREA DE BELEM

A 2 de setembro a imprensa noticiava que o comandante da Base Aérea de Belém, coronel Fausto Gerp, havia tomado público sua adesão à causa constitucional, pela posse do presidente Goulart.

Informava-se mais tarde

que o coronel Fausto Gerp fora preso por ordem do comandante da I Zona Aérea

A SITUAÇÃO NA MARINHA

De Porto Alegre informa-se que o contra-almirante Eduardo Sêco declarou não ser verdade que a Marinha, em sua totalidade esteja com o Ministro Denys, acrescentando que inúmeros oficiais e mesmo altas patentes apoiavam a legalidade.

VOLANTES DA FAB

O grupo golpista, numa tentativa de quebrar a unidade das tropas do III Exército, anunciou a demobilização de oficiais e sub-oficiais daquele exército. Logo depois, aviões da FAB lançaram sobre Porto Alegre e outras cidades volantes anunciando a desmobilização.

A manobra, porém, não surtiu efeito algum.

O general Machado Lopes, através da Rede Nacional da Legalidade, declarava, em boletim oficial, que a anunciada, desmobilização tinha caráter meramente psicológico. Na prática, não se efetuará.

O boletim do comando do III Exército acrescentava que é "ótimo o moral da tropa, que não se deixa em-

baixar pelas manobras golpistas".

MEDIDAS DE VIGILÂNCIA

Ante a situação ainda grave que permanece com a intransigência dos chefes golpistas, o comando do III Exército adotou várias medidas de segurança, objetivando o completo sigilo das operações relacionadas com o deslocamento das tropas.

ALLEGACÃO FALSA

Em comentário ontem, "O Estado de São Paulo" escrevia, num elogio aos ministros militares golpistas: "Em qualquer outro país, nomeadamente da América Latina, o perfeito entendimento das três Armas conferiria imediatamente aos respectivos ministros autoridade bastante para sufocarem a qualquer preço as insubordinações de um Exército".

UNE Recomenda: Vigilância Na Defesa Da Constituição

e Estudantes do Brasil, permanecemos unidos pela Constituição e unidos pela Legalidade".

DESINTERDIÇÃO DA SEDE

O professor Hermes Lima, catedrático e ex-diretor da Faculdade Nacional de Direito, impetrou, junto ao Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, habeas-corpus em favor da desinterdição do prédio que serve de sede à UNE, ocupado pelos policiais comandados pela polícia de Lacerda desde a madrugada do dia 27 de agosto. A medida judicial, requerida pelo professor Hermes Lima e extensiva à garantia de liberdade para os diretores da União Nacional dos Estudantes, que a partir do assalto praticado pelos policiais comandados por Arduvino à "Casa da Resistência Democrática", vem sendo perseguidos pelas forças policiais do golpe, estando ocultos.

JUSTIFICATIVA

O recurso do professor Hermes Lima está acompanhado da seguinte justificativa: "A referida sociedade é o órgão máximo dos estudantes das Escolas Superiores do Brasil, reconhecida oficialmente. No entanto, no dia 27 de agosto fin-

do, a sua sede foi ocupada por Forças Policiais do Estado, a cuja ordem continua até agora, interdita o edifício, onde não pode entrar nenhum dos seus diretores ou membros de seus associados. O fato é público e notório largamente divulgado pela imprensa e viável por quem quer que lhe passe à porta.

2º Além da materialidade

do do fato acima aludido, a sede e que seriamente ameaçados de prisão, os diretores da entidade foram obrigados a se ocultarem, achando-se, assim, duplamente impedidos de exercer o mandato que lhes foi conferido.

3º A responsabilidade dos

eventos cabe ao governador do Estado, a cujas ordens se acham as Forças Policiais ocupantes da sede, mesmo porque não se compreenderia que medidas tão temerárias e prolongadas fossem praticadas sem conhecimento e aprovação do chefe do Executivo Estadual.

4º Não estando o país

em estado de sítio, nem suspensas as garantias constitucionais, os mencionados fatos, a interdição da sede e a ameaça de prisão, caracterizam flagrante abuso de poder e contumelente

violação da Constituição Estadual que no seu art. 53, impõe ao Estado assegurar, pela lei e atos administrativos de seus agentes, não só os direitos e garantias individuais expressamente mencionados na Constituição Federal, mas também a de quaisquer outros decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

Nessas condições, pede o

impetrante, na sua qualidade de advogado e professor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, que, solicitadas informantes ao Excmo. sr. governador do Estado, seja julgado o feito com a maior urgência possível, a fim de fazer cessar a coação, de maneira que os diretores da União Nacional dos Estudantes possam entrar livremente na sua sede e dela sair, sem qualquer constrangimento, por ser da mais estrita justiça".

AINDA FECHADA

Logo após a entrada no Tribunal do pedido de habeas-corpus, as tropas estacionadas na frente do prédio da UNE foram retiradas. Permanece, entretanto, lacrada a porta da entrada do edifício e os diretores da entidade continuam sob a ameaça de iminente encarceramento.

NOVOS RUMOS

OS TRES PORTAVOZES DA CLIQUE GOLPISTA

Cada um com as suas particularidades, três jornais da reação destacaram-se nestes dias como notas dissonantes na imprensa brasileira: "O Globo" e "Tribuna da Imprensa", no Rio, e "O Estado de São Paulo", na capital bandeirante.

Foi um teste magnífico. Enquanto toda a imprensa conservadora apoiava irremissivelmente a causa da legalidade constitucional, batendo-se pela posse do presidente Goulart, aqueles três diários realizaram um autêntico strep-tease perante a nação: ficaram inconfundivelmente do lado do imperialismo americano e seus lacaios golpistas.

Seus editoriais, suas informações mentirosas e tendenciosas, muitas vezes, como as que divulgavam em nome do Conselho de Telecomunicações, formavam o pólo oposto ao da opinião pública nacional. Vieram confirmar, neste momento, que eles defendem interesses absolutamente contrários aos interesses nacionais.

É sintomático que todos três (um deles; é claro, é o próprio jornal de Lacerda!) ficaram ao lado do malogrado governador da Guanabara, esse mesmo governador que não governa e que manda censurar jornais, apreender suas edições, assaltar suas redações e oficinas, prender jornalistas. São, portanto, além de tudo, jornais inimigos da liberdade de imprensa.

Mas, em sua atitude asquerosa, isto é um detalhe, porquanto se colocaram a favor da extinção da própria legalidade democrática, a favor de uma ditadura, que seria uma ditadura sangrenta, de tipo fascista, a que planejavam implantar no país os golpistas chefiados pelos três ministros militares. E precisamente essas cloacas da imprensa deveriam ser os seus portavozes. A derrota também lhes cabe, pois a vitória é do povo.

